



Ensaio

Vocês percorreram um longo caminho!

Rania Maktabi

*Doutora em Ciência Política e pesquisadora do Departamento de
Estudos Culturais e Línguas Orientais da Universidade de Oslo, Noruega
E-mail: rania.maktabi@hiof.no*

Minha paixão pelo Kuwait está viva e passa bem. Mais de vinte anos passaram desde minha primeira visita ao país, em junho de 1992, um ano após a libertação do domínio iraquiano. Naquela época, eu entrevistei políticos e futuros membros do parlamento, estudantes e pessoas que apoiaram a ocupação e suas consequências (MAKTABI, 1992).¹ Ainda tenho entrevistas, gravadas em fita, com políticos islamitas, como o Salafista Ahmad Baqer (nascido em 1952) e Mubarak Fahd al-Duweila (1954), da Irmandade Mulçumana.

Naquele momento, as mulheres do Kuwait estavam reunindo forças para lutar por direitos políticos, algo que os homens já usufruíam desde 1963. Veeemente contra a garantia do direito de voto para as mulheres, Baqer me perguntou retoricamente: “Como uma família consegue ser harmoniosa, se a mãe vota em um partido e o pai em outro”?

V de Voto: a emancipação das mulheres no Kuwaiti: 2005- 2015

As mulheres do Kuwait percorreram um longo caminho desde então. De um ponto de partida menos entusiástico, reflito acerca de três aspectos que lançam luzes na posição dessas mulheres após uma década de direitos políticos. Primeiro, a presença das quatro primeiras mulheres eleitas como membros do parlamento do Kuwait entre 2009 e 2011; segundo, a reação dos islamitas frente à emancipação das mulheres do Kuwait, como mostram alguns documentos parlamentares; terceiro, o dramático crescimento de advogadas como potenciais agentes da reforma que reforcem os direitos civis de mulheres dentro das leis estaduais.

1. Do direito a voto em 2005 ao parlamento em 2009

Em pé de igualdade com os homens, no dia 16 de maio de 2005, as mulheres do Kuwait conquistaram o direito de votar e de serem eleitas para a Assembleia Nacional, composta por 50 membros. Este ano marca o décimo aniversário do direito das mulheres kuaitianas ao voto.

Em 2005, o privilégio veio primeiro como um resultado de pressões superiores, em outras palavras, por meio de uma iniciativa do governo. Uma margem de seis votos a favor das mulheres, que finalmente inclinou a balança em direção à sua emancipação, reflete uma atmosfera bastante conservadora entre os homens do Kuwait que, no geral, não estavam sintonizados com a concessão de direitos políticos para mulheres. No total, 59 votos foram computados: 35 a favor, 23 contra e uma abstenção, além de cinco membros do parlamento que não estavam presentes na votação². Um dos ausentes era o já mencionado Ahmad Baqer. Juntamente com quatro outros islamitas, Baqer não atendeu à sessão parlamentar quando os votos foram calculados, visando evitar abertamente a exposição de seu desacordo com o então Emir. Contando com a abstenção e com os membros

1. Rania Maktabi, “The Gulf Crisis (1990-1991) and the Kuwaiti Regime: Legitimacy and Stability in a Rentier State” (M.Phil. thesis, Department of Political Science, University of Oslo, 1992). <https://www.duo.uio.no/handle/10852/14901>

2. Os resultados da votação no Parlamento e estão salvos no banco de dados político do Kuwait, <http://www2.gsu.edu/~polmfh/database/positions20.htm>. Para uma excelente análise das eleições de 2009, ver Mary Ann Tétreault e Mohammed al-Ghanim, “The Day after “Victory”: Kuwait’s 2009 Election and the Contentious Present.” Relatório Merip (8 de julho de 2009). Para mais informações: Mary Ann Tétreault, *Stories of Democracy: Politics and Society in Contemporary Kuwait* (New York: Columbia University Press, 2000).

ausentes, o total de parlamentares contra a emancipação das mulheres foi de 29.³

Logo após a conquista, no mesmo ano, Ma'souma al-Moubarak, professora de Ciências Políticas na Universidade do Kuwait desde 1982, foi nomeada ministra do Planejamento, passando a ser a primeira mulher a ocupar esse cargo no país.

“Foi uma experiência incrível ser nomeada ministra e, depois, uma experiência ainda maior ser eleita como membro do parlamento. Eu ainda me lembro dos resmungos, rosnados e olhares insatisfeitos de alguns de meus colegas, particularmente membros do partido islamita, quando entrei no parlamento pela primeira vez”, mas eu estava determinada a mostrar minha força. Desde a década de 70, trabalhamos duro pelo direito de votar. Eu precisava levantar minha cabeça e mostrar confiança”⁴, relembra al-Moubarak.

A visibilidade das mulheres como cidadãs capacitadas na vida política moderna é simbolizada com maior veemência em sua representação política. Em 2009, quatro anos após as mulheres kuwaitianas serem emancipadas, Ma'souma al-Moubarak foi eleita membro do parlamento com mais três mulheres, Aseel al-Awadhi, Rola Dashti e Salwa al-Jassar.

Todas as quatro têm doutorado em universidades dos Estados Unidos, em áreas como educação, ciência política e economia. Al-Jassar e al-Awadhi são de ascendência sunita, enquanto al-Moubarak e Dashti pertencem à numerosa comunidade xiita do Kuwait, o que equivale a um terço dos cidadãos. As duas últimas também têm experiências pessoais em casamentos híbridos entre kuaitianos e não kuaitianos: al-Moubarak é casada com um homem do Bahrein e tem quatro filhos. Todos são legalmente considerados não kuaitianos, porque as leis de nacionalidade do Kuwait são conferidas por meio do pai, e não da mãe. Em contrapartida, Rola Dashti é filha de mãe libanesa e pai kuaitiano, o que garante a ela a nacionalidade.

Particularmente, al-Moubarak e Dashti trouxeram experiências significativas de vida. Essas experiências foram articuladas em propostas de lei que fortalecem os direitos de filhos de mulheres kuwaitianas nascidos em casamentos mistos. Por exemplo, elas conseguiram pressionar uma emenda às leis de direitos sociais existentes, permitindo que os filhos de mães do Kuwait casadas com não kuaitianos recebam ensino gratuito e serviços de saúde.⁵

Rola Dashti é hoje ministra do Planejamento e ministra de Estado para assuntos de Assembleia Nacional.

2. Islamitas como feministas relutantes?

Em um estudo sobre documentos parlamentares, entre 2006 e 2014, ou seja, oito anos após a emancipação das mulheres, aponto que questões femininas, como auxílio social, a propriedade e o acesso à moradia para mulheres solteiras, mães, viúvas e esposas, particularmente mulheres do Kuwait casadas com não-kuaitianos, foram abordadas e articuladas de maneiras inovadoras⁶. Um forte aumento na

3. Além dos 50 deputados eleitos, a Assembleia Nacional incluiu 15 ministros em posições governamentais, fazendo com que o número total de eleitores potenciais chegue a 65. O eleitorado do Kuwait fica em torno de 420 mil eleitores registrados (eleições de Dezembro de 2012). O Central Statistical Bureau kuwaitiano estima a população do Kuwait em 3,3 milhões, das quais aproximadamente 1,3 mill é kuwaitiano (35 por cento) e 2,1 mill é não-Kuwaitiano (65 por cento). *Annual Statistical Abstract 2012*, p. 47. http://www.csb.gov.kw/Socan_Statistic_EN.aspx?ID=18.

4. Entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2012. Para um excelente estudo dos movimentos femininos no Kuwait, ver Haya al-Mughni, *Women in Kuwait: The Politics of Gender* (London: Saqi, 2001).

5. Um primeiro esboço de perguntas (as'ila), expressões de apoio (iqtirah birighba) e propostas de lei (iqtirah biqanun) levantadas pelas quatro deputadas foram apresentados em “Female Citizenship and the Franchise in Kuwait 2009 – 2011”, na Conferência “Arab Citizenship in the New Political Era”, em Rabat, no Marrocos, entre os dias 28 e 30 de maio de 2014.

atenção ocorreu enquanto as quatro primeiras deputadas eleitas cumpriam seu cargo, entre 2009 e 2011: cerca de metade de todas as propostas tratadas no Comitê das Família e Mulheres (FWC), entre 2006 e 2014, foram levantadas durante os dois anos em que as mulheres estavam presentes no parlamento.⁷

Membros parlamentares islâmicos pertencentes aos grupos Irmandade Muçulmana e Salafistas — a grande maioria deles votou contra conceder às mulheres o direito ao voto em 2005 —, estão entre os mais ansiosos para tratar de questões sociais, jurídicas e econômicas por meio da apresentação de propostas de alteração das leis estaduais existentes. Por exemplo, o parlamentar Faisal al-Muslim (b. 1962), graduado em Direito e com mestrado em História Política Moderna na Universidade de Glasgow, votou contra a emancipação das mulheres em 2005. No entanto, como um islamita independente com ascendência tribal e inclinações salafistas, ele foi rápido em apoiar os direitos das mulheres do Kuwait de garantir a permanência de seus maridos e filhos⁸ e o direito das mulheres de acessar programas de empréstimos de habitação pública, que só foram oferecidos aos homens do Kuwait legalmente reconhecidos como chefes de família.⁹

Podem forças islâmicas, pelo menos aquelas representadas no parlamento, serem vistas como feministas relutantes? Seus atos no parlamento, na forma de sugestões e propostas de lei, fornecem evidências de que alguns islamitas certamente agem assim quando apoiam a autonomia de mulheres kuwaitianas e fortalecem seu papel legal dentro da legislação do estado. Algumas das sugestões feitas pelos parlamentares islâmicos contradizem pontos de vista ideológicos que permeiam a jurisprudência islâmica (*shari'a*), na qual os homens são vistos como os guardiões (*wali*) de mulheres.

As mulheres do Kuwait, argumentaram alguns parlamentares islâmicos em propostas de lei apresentadas no Parlamento, devem ser capazes de serem consideradas como chefes de família e, assim, capacitadas para realizar serviços relacionados ao bem-estar material, tais como ensino gratuito e serviços de saúde para os seus filhos. Ao levantarem propostas que justificavam a autonomia jurídica das mulheres, alguns islamitas reinterpretem, deste modo, as relações de gênero, se não em seus programas ideológicos, em seus atos, na forma de propostas de lei e sugestões no parlamento.

3. Mulheres advogadas: Irmãs estão fazendo por elas mesmas

Na última década, jovens mulheres kuaitianas têm estudado Direito e assumido, de maneira notável, o comando do seu próprio destino. Elas estão se rebelando contra as leis que as impedem de obter cargos públicos que envolvem tomadas de decisões importantes, e o fazem de seu jeito: por meio do aumento de processos contra o Estado.

Em 2009, Shuruq al-Failakawi — uma kuaitiana graduada em Direito — pro-

6. Documentos parlamentares estão disponíveis no site da Assembleia Nacional do Kuwait (www.kna.kw), usando a chave *ibhath fil-watha'iq al-barlamaniyya*.
7. "Reluctant feminists: Islamist MPs in Kuwaiti parliamentary documents 2006-2014", artigo a ser apresentado — se aceito — na British Society for Middle Eastern Studies (BRISMES) Annual Conference, London, entre os dias 16 e 18 de junho de 2015.
8. Expressão de apoio (*iqtirah bi-righba*), apresentada por al-Muslim ao parlamento em 15 de junho de 2009. Os não-kuwaitianos são obrigados a ter tutores legais, *kafil* em árabe, a fim de obter autorizações de residência. Se uma mulher do Kuwait é casada com um não-Kuwait, seu marido e as crianças são legalmente não-kuwaitianos e têm que renovar suas autorizações de residência anual, como se fossem estrangeiros, embora o marido ou os filhos podem ser nascidos e criados no Kuwait.
9. Proposta de lei (*iqtirah bi-qanun*) apresentada ao parlamento por al-Muslim em 5 de maio de 2010.

curou uma vaga de emprego no Tribunal Administrativo, onde ela poderia se tornar uma promotora pública, mas não foi aceita, pois a vaga estava aberta apenas para candidatos do sexo masculino. Al-Failakawi obteve apoio imediato de Rola Dashti, que em 4 de outubro de 2009 levantou questionamentos no parlamento: “Em quais razões o Ministério da Justiça se baseou para não aceitar a aplicação de Shuruq Fawzi al-Failakawi para pesquisadora legal primária [...], e por que essa exclusividade a candidatos do sexo masculino, que contradiz o Art. 19, 61 da Lei de Administração Judiciária?”.

Cansada de esperar por respostas, Al-Failakawi entrou com um processo contra o Ministério da Justiça, rejeitado por um juiz em abril de 2010. Ele explicou que promotoras públicas do sexo feminino não estão em conformidade com a *shari'a* postulada no Artigo 2º da Constituição do Kuwait.

Um ano depois, em julho de 2011, o Tribunal Administrativo teve um novo anúncio para vagas de trabalho. Seis mulheres formadas em Direito se inscreveram, mas seus pedidos foram indeferidos. No mês seguinte, em agosto de 2011, as jovens advogadas entraram com processos separados contra o Ministério da Justiça, argumentando que a decisão ministerial impedindo as mulheres de exercerem cargos públicos era inconstitucional. Menos de um ano depois, uma decisão judicial de 22 de abril de 2012 cancelou o decreto ministerial que barrava o acesso de mulheres a empregos na Corte Administrativa¹⁰.

O caso dos empregos de advogadas no Judiciário mostra como autoridades do Kuwait apoiam o ensino superior e incentivam a nacionalização da força de trabalho, mas não conseguem identificar suas cidadãs como agentes igualmente capacitadas.

As mulheres do Kuwait ganharam uma batalha significativa com essa mudança, mas elas querem mais. Jovens advogadas estão pressionando, por exemplo, uma alteração na lei da nacionalidade kuaitiana de 1959, a fim de permitir que as mulheres possam conferir cidadania aos seus filhos. As mulheres do Kuwait também querem ser capazes de estudar, casar e pedir divórcio sem o consentimento de seus maridos ou parentes masculinos, como é estipulado pela lei de família do Estado. “Processos de divórcio ainda são difíceis, mas eles tornaram-se consideravelmente mais fáceis de obter após 2003. Segundo a advogada ‘Athra Mohammad al-Rifa’i, a lei assegura dignidade às kuaitianas nos termos de direitos econômicos básicos”¹¹.

Nas últimas décadas, mulheres se tornaram advogadas certificadas em um ritmo notável. No final de 1980, apenas 20 mulheres foram registradas como estudantes de Direito na Universidade do Kuwait. Em 1999, 120 mulheres e 60 homens eram estudantes. Os últimos dados disponíveis para o ano letivo de 2011/2012 indicam que 60% dos estudantes registrados são mulheres: de 2.520 estudantes de Direito inscritos, 1.520 eram do sexo feminino e 990 do sexo masculino.¹²

A explosão de advogadas no Kuwait impacta as pressões sociais para reformas

10. Human Rights Watch, “Kuwait: Court Victory for Women’s Rights”, 6 de maio de 2012, <http://www.hrw.org/news/2012/05/06/kuwait-court-victory-women-s-rights>.

11. Comunicação pessoal em 18 de abril de 2012.

que reforçam a cidadania feminina de três maneiras. Primeiro, kuwaitianas procuram advogadas em um grau maior do que os advogados do sexo masculino, a fim de obter aconselhamento jurídico ou levar um caso até o tribunal, especialmente em assuntos relacionados ao direito de família, ou seja, questões jurídicas relacionadas com casamento, divórcio, guarda dos filhos, pensão alimentícia e herança.

Em segundo lugar, muitas advogadas são muçulmanas praticantes, seguras o suficiente para interpretar religiosamente dogmas da lei, defendendo princípios de justiça num quadro de jurisprudência islâmica de maneira que desafia interpretações tradicionais e a prática judicial. E, finalmente, advogadas tornaram-se participantes ativas e líderes de diferentes comissões, como o Comitê de Direitos Humanos, na Associação dos Advogados de Kuwait (KLA, criada em 1963). Elas continuam sendo fortes agentes na luta por novas reformas de leis acerca da questão de gênero.

Uma pioneira kuwaitiana nos direitos das mulheres

Uma advogada proeminente e ex-reitora da Faculdade de Direito na Universidade do Kuwait, Dra. Badria al-'Awadhi é uma pioneira na defesa dos direitos das mulheres e um modelo para a nova geração de advogadas kuwaitianas.¹³ Participante prolífera em seminários e conferências sobre os direitos das mulheres, ela ressalta que, embora a maré religiosa tenha se tornado mais forte no Kuwait nos últimos anos, os kuwaitianos não suportam tendências religiosas fundamentalistas e tendem a preferir soluções intermediárias [*wasatiyya*]. No que diz respeito aos direitos civis do sexo feminino, a Dra. Badria al-Awadhi acrescenta: “os homens do Kuwait, em geral, e particularmente os que pertencem a comunidades tribais [*qabaliyyin*] não aceitam o princípio da igualdade [*mabda' al-musawat*]. Mas as mulheres se tornaram mais educadas. Elas são capazes de exigir seus direitos. O direito da família no Kuwait não é perfeito. Mas os juízes e os tribunais assistem com seriedade os problemas das mulheres¹⁴”.

Al-Awadhi tornou-se uma figura inesquecível em reuniões que testemunhei em 1992. Ela abordou os problemas de mulheres casadas com não kuaitianos, incluindo iraquianos e apátridas *Bidoun*¹⁵, logo após a libertação do Kuwait da ocupação iraquiana. As mulheres e as crianças estavam com dificuldades econômicas e um estado de espírito deplorável. Com a libertação veio a exclusão social e a degradação financeira: seus maridos e filhos eram legalmente não cidadãos e pertenciam ao que autoridades do Kuwait denominavam como ‘nacionalidades indesejáveis’.

Hoje, os aspectos jurídicos relacionados a casamentos mistos entre kuwaitianos e não-kuwaitianos continuam a ser questões problemáticas e não solucionadas. Por meio de organizações da sociedade civil e por intermédio da Comissão parlamentar, a situação daqueles cuja cidadania não é reconhecida passou a

12. Registro de matrícula dos estudantes de Direito na Universidade do Kuwait 2011 / 2012. *Annual Statistical Abstract* 2012, p. 192. URL: http://www.csb.gov.kw/Socan_Statistic_EN.aspx?ID=18, acesso em 28 de fevereiro de 2015.

13. Badria Al-Awadhi, Al-Huquq Al-Siyasiyya Wal-Qanuniyya Wal-Insaniyya Lil-Mar'a Al-Kuwaitiyya [Political, Legal and Human Rights for the Kuwaiti Woman] (Kuwait 2006); Hameed Al Mubarak Badria Al Awadhi, Ahmed Al Attawi, “Women’s Rights in the Kuwaiti Personal Status Law and Bahraini Shari’a Judicial Rulings,” in *Family Law Program*, ed. Dima Malhas (Manama: Freedom House, 2009).

14. Comunicação pessoal em 22 de abril de 2012.

15. A Human Rights Watch opera com pelo menos 105.702 registrados e estima em torno de 240.000 *Bidoun* no Kuwait. *Kuwait Annual Report* 2014, <http://www.hrw.org/world-report/2014/country-chapters/kuwait?page=1>. Baseado em meus números de pesquisa, a estimativa de 200.000 é mais provável, tornando a população Bidoun a um considerável 15 por cento dos cidadãos do Kuwait, como tinham sido contados no último censo do Kuwait.

ser abordada e os kuwaitianos também passaram a discutir questões delicadas relacionadas à composição demográfica dos cidadãos de seu país.¹⁶

Outras pesquisas sobre o aumento de mulheres no campo do direito pode revelar resultados interessantes, uma vez que as mulheres no Golfo tornam-se habilitadas a fazer pressão em prol de mais interpretações amigáveis em relação ao sexo feminino nas leis estaduais.

O direito de voto pode não produzir resultados rápidos, mas esse direito é pré-requisito necessário e um importante passo para uma mudança maior, capaz de diminuir a desigualdade na distribuição do poder entre os cidadãos de ambos os sexos no Kuwait.

Referências

- AL-AWADHI, BADRIA. **Al-Huquq Al-Siyasiyya Wal-Qanuniyya Wal-In-saniyya Lil-Mar'a Al-Kuwaitiyya** [Political, Legal and Human Rights for the Kuwaiti Woman]. Kuwait 2006.
- AL-GHANIM, MARY ANN TÉTREULT AND MOHAMMED. **“The Day after “Victory”:** Kuwait’s 2009 Election and the Contentious Present.” Merip Report (8 July 2009).
- AL-MUGHNI, HAYA. **Women in Kuwait:** The Politics of Gender. London: Saqi, 2001.
- BADRIA AL AWADHI, HAMEED AL MUBARAK, AHMED AL ATTAWI. **“Women’s Rights in the Kuwaiti Personal Status Law and Bahraini Shari’a Judicial Rulings.”** In Family Law Program, edited by Dima Malhas. Manama: Freedom House, 2009.
- BROKSTAD LUND-JOHANSEN, MARIE. **“Fighting for Citizenship.”** MA, University of Oslo, 2014.
- MAKTABI, RANIA. **“The Gulf Crisis (1990-1991) and the Kuwaiti Regime:** Legitimacy and Stability in a Rentier State.” M.Phil. thesis, Department of Political Science, University of Oslo, 1992.
- TÉTREULT, MARY ANN. **Stories of Democracy: Politics and Society in Contemporary Kuwait.** New York: Columbia University Press, 2000.

16. Assim como Mowatinum Kuwaitiyyun al-Bidoun (Kuwaiti Bidoun Citizens) e Group 29, ver Marie Brokstad Lund-Johansen, “Fighting for Citizenship” (MA, University of Oslo, 2014).

Tradução por Cilene Victor

Ensaio fotográfico

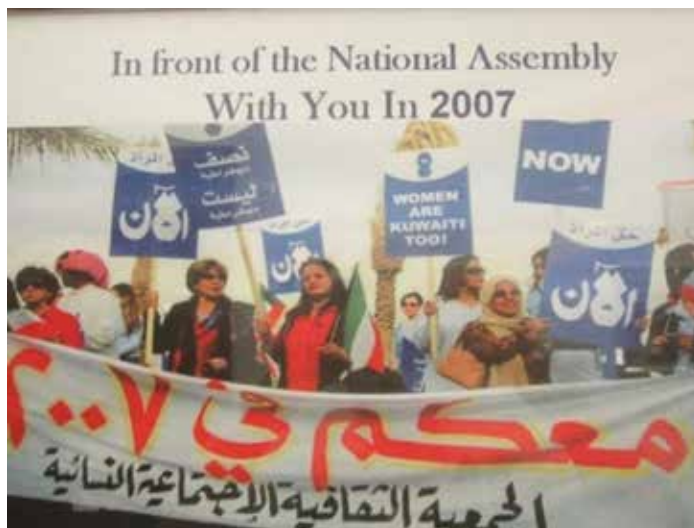
Autoria de Rania Maktabi, salvo indicação contrária



V de Voto, V de Vitória – Estudantes na Universidade de Kuwaiti, abril de 2012



Ma'souma al-Moubarak, uma das quatro primeiras mulheres eleitas ao parlamento entre 2009 e 2011



Membros da mais antiga organização de mulheres do Kuwait, a Women's Cultural and Social Society (WCSS), criada em 1963. Campanha para candidatas do sexo feminino antes das eleições parlamentares em 2007. Foto: Poster na Unidade de Estudos das Mulheres da Universidade do Kuwait.



As primeiras quatro mulheres eleitas do Kuwait. Da esquerda para a direita, Aseel al-Awadhi, Rola Dashti, Salwa al-Jassar e Ma'souma al-Moubarak após a sua eleição em 2009. Foto: Kuwait National Assembly, Documentation and Information Unit.



Membros parlamentares kuwaitianos na Assembleia Nacional, em fevereiro de 2014.



O texto mostra: “Sua luz é a sua lei. Saiba mais sobre os seus direitos para proteger a sua vida. A lei está com você “. Foto: Pôster na Unidade de Estudos das Mulheres da Universidade do Kuwait.



'Athra Mohammad al-Rifa'i, uma representante da nova geração de advogadas assertivas do Kuwait, em seu escritório em 18 de abril de 2012.



Um carro próprio: Dra. Badria al-Awadhi, ex-reitora da Faculdade de Direito da Universidade do Kuwait e portadora da tocha pelos direitos das mulheres, prefere dirigir seu carro: "Eu sou mais livre dessa maneira", ela explica.



Garotas mais felizes – o rosto do futuro no Kuwait.
Férias ao mar, celebrando o Dia da Libertação em 26 de fevereiro de 2014.